# CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

## Conteúdo programático de prática processual

## DIREITO PROCESSUAL PENAL, DO CONSUMIDOR E DIFUSOS E COLETIVOS

**ATENÇAO - Regras para elaboração da Pasta:**

1. Todas as atividades devem ser realizadas de forma **MANUSCRITA**.
2. As peças **MANUSCRITAS** devem ser realizadas na **Folha Modelo 2 fase OAB FAM,** disponível no site **www.vemprafam.com.br/NPJ.**
3. Os relatórios de audiências deve ser elaborados de forma **MANUSCRITA** no formulário identificado - **Relatório de Audiências -** devidamente assinado, caso seja realizada presencial; caso seja realizada pelo site https://audienciasonline.com.br/, necessário anexar também o certificado.
4. Para a aprovação da pasta, **TODOS OS ITENS abaixo devem ser REALIZADOS e DATADOS do PRIMEIRO semestre de 2024**.
5. A **AUSENCIA** de qualquer de uma das atividades propostas gera a **reprovação** TOTAL da PASTA.
6. Todas as tarefas devem ser postadas no canvas, na data determinada, em formato **PDF em arquivo único.**

### 1. Prática Processual Penal

Heleno solicitou a progressão do regime fechado para o regime semiaberto, por ter completado 30% da sua pena, de um total de 12 anos, condenado que foi por dois roubos, sendo reincidente. O juiz da execução penal, acolhendo parecer do Ministério Público, indeferiu o pedido, pois ainda não havia sido elaborado o exame criminológico, nem oferecido o parecer da Comissão Técnica de Classificação, embora existisse nos autos atestado de boa conduta carcerária. Diante do fato narrado elabore a Petição de interposição e razões de agravo em execução em favor de Heleno.

### 2. **Prática Processual em Direito do Consumidor**

Renato comprou, por meio do website de uma empresa varejista, uma máquina de lavar roupa para uso doméstico. No mesmo dia em que recebeu o produto, partiu para uma viagem ao exterior, da qual regressou quatro meses depois. No mesmo dia do seu retorno ao país, ao abrir a embalagem, constatou que o painel frontal da máquina estava trincado. Imediatamente, fez reclamações, pelo telefone, tanto à empresa vendedora do produto quanto à sua fabricante, solicitando a substituição da máquina ou,

subsidiariamente, o conserto gratuito da peça danificada. Nesse caso, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, responda:

A) Qual a diferencia de vicio e defeito do produto de acordo com o CDC?
B) Quando cabe alegar decadência e prescrição no âmbito do CDC? indique o dispositivo legal
C) Diante do caso apresentado, quais seriam os direitos possíveis a serem alegados por Renato?

**3. Prática de Direitos Difusos e Coletivos**

Todos os indivíduos são titulares de direitos, mas existem alguns direitos que ultrapassam a esfera estritamente individual. Neste sentido eles são chamados de direitos coletivos, que em geral, são entendidos como direitos sociais reconhecidos por lei, como o direito a saúde, os direitos trabalhista e o direito ao meio ambiente equilibrado. Quando o direito coletivo não e' respeitado muitas pessoas são prejudicadas e cabe ao Ministério Publico o papel de agir em defesa desta direito (art. 129, CF), Conforme previsto no paragrafo 1º, art. 8, da lei 7347/85, O MP pode instaurar um inquérito civil publico e, conforme art. 5, paragrafo 6º da mesma lei, poderá firmar termo de ajustamento de conduta (TAC). Em 29 de marco de 2023, o Ministério Público de São Paulo FIRMOU termo de ajustamento de conduta (TAC) com a indústria de cosméticos "AVA", para deixar de jogar dejetos no meio ambiente em frente da sede da empresa e construir no mesmo local uma praça publica ate 20 de novembro de 2023. A empresa não cumpriram integralmente, no momento e na forma adequada, as obrigações assumidas no termo de ajustamento de conduta (TAC) e desse modo, **como membro do Ministério Público de São Paulo, proponha a demanda cabível**, uma vez que a obrigação de fazer foi firmada na cidade de Barueri e que o TAC se trata de um título executivo extrajudicial .

**4. Audiências e visitas especificadas**

**4.1.** Assistir 03 (três) **audiências** de instrução e julgamento, da **Justiça do Comum**, de forma presencial ou pelo site https://audienciasonline.com.br/, preenchendo o **relatório de audiências** e colhendo as devidas assinaturas e, anexando **o certificado.**

**4.2.** Assistir 03 (três) **audiências** de custódia, da **Justiça Comum Criminal**, de forma presencial ou pelo site https://audienciasonline.com.br/, preenchendo o **relatório de audiências** e colhendo as devidas assinaturas e, anexando **o certificado.**

**4.3.** Realizar 01(uma) **visita presencial** à escolha do aluno. A visita poderá ser a tribunais, delegacias, IML, museu da polícia judiciaria, organizações não governamentais de carácter jurídico, museu de natureza jurídica, bem como qualquer visita proposta pela instituição, **apresentando relatório**, acompanhado de **carimbo e assinatura** do responsável do referido órgão.

**5. Prática Jurídica Real – 40 horas**

☐ A prática jurídica real poderá ser cumprida pela realização de **Estágio Externo**, mediante preenchimento de **Termo de Compromisso de Estágio** ou **Declaração de Estágio**, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil), ou de outras empresas ou órgãos públicos.

☐ A prática jurídica real também poderá ser cumprida junto ao **Núcleo de Práticas Jurídicas no campus AUGUSTA E MOOCA** realizando atendimentos à comunidade vulnerável socioeconomicamente, fornecendo informações, orientações, reclamações administrativas perante órgãos de proteção ao consumidor e acompanhamento em mediações familiares. Não havendo demanda da população, será indicada atividade substitutiva. Para a comprovação desta tarefa, os alunos deverão a cada dia de comparecimento solicitar ao professor responsável o preenchimento e assinatura em formulário próprio.